



CONTRATO

PROCESSO Nº. 2021.07.02.02PMS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 2021.07.02.02PMS
CONTRATO Nº. 07020202PMS

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL
DE SALITRE, ATRAVÉS DO FUNDO
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E A
EMPRESA THALES CATUNDA DE
CASTRO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE
ADVOCACIA, PARA O FIM QUE A
SEGUIR SE DECLARA:

O MUNICIPIO DE SALITRE, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Educação, CNPJ nº. 12.464.491/0001-00, com sede na Praça São Francisco, S/N, Centro, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado pela sua Ordenadora de Despesas, Sra. Mônica de Alencar Ribeiro, abaixo assinado e a empresa THALES CATUNDA DE CASTRO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ nº. 04.060.148/0001-72, sito a Av. Dom Luis, nº 300, Sala: 1008 E 1009, Aldeota, na cidade de Fortaleza/CE, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Thales Catunda de Castro, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/CE sob o nº 13.138 e do CPF nº. 714.453.823-34, resolvem firmar o presente contrato, como especificado na cláusula primeira, em conformidade com o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 2021.07.02.02PMS, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e demais legislações pertinentes, cada qual naquilo que couber, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 2021.07.02.02PMS, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas e no processo administrativo nº. 2021.07.02.02PMS, devidamente Ratificada pelo Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO



2.1. Constitui objeto do presente contrato: contratação de serviços especializados de Consultoria Jurídica no âmbito das necessidades do município de Salitre, para atender as demandas do Fundo Municipal de Educação para prestação de serviços especializados de Consultoria Jurídica, bem como elaboração de atos administrativos complexos, cuja especificidade da problemática torne imprescindível a análise por um especialista singular, resultando na emissão de pareceres jurídicos opinativos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1. A Contratante pagará a Contratada o valor mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), perfazendo o valor global de R\$ 12.000,00 (trinta mil reais)

4. DA VALIDADE, DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO

4.1. O contrato produzirá seus efeitos jurídicos e legais a partir data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

4.2. O prazo de execução do objeto será até 31 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II da Lei Geral das Licitações.

CLÁUSULA QUINTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1. As despesas deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária: 0505 12 122 0037 2.007 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação. Elemento de despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica, Mediante a utilização de recursos do próprio município.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado mensalmente após a execução dos serviços, com a devida documentação fiscal;

6.1.1. Os preços pactuados poderão ser restabelecidos, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que o eventual aumento dos custos venha a ser devidamente comprovado, por meio de planilha analítica e documentação hábil.

6.2. Os serviços serão atestados e pagos, pelo Fundo Municipal responsável pelos serviços.

6.3. O pagamento será feito na proporção da execução dos serviços licitados, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federal (abrangendo as contribuições sociais), Estadual, Municipal, FGTS e CNDT do contratado, todas atualizadas;

6.4. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste subitem, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor;



- 6.5. A fatura mensal deverá discriminar as alíquotas dos impostos e contribuições inclusos no preço;
- 6.6. O número do CNPJ, constante da fatura, deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação da licitação que comportará este Projeto Básico;
- 6.7. O pagamento somente será efetuado mediante contra-apresentação da fatura mensal;
- 6.8. Ocorrendo erros na fatura ou circunstâncias que impeçam a liquidação das despesas, a licitante vencedora será oficialmente comunicada pela Secretaria ou ente responsável, e a partir daquela data o pagamento ficará suspenso até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. O prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e reapresentação da fatura;
- 6.9. Caso a identificação de cobrança indevida ocorra após o pagamento da fatura, o fato será informado à licitante vencedora para que seja efetuada a devolução do valor correspondente no próximo documento de cobrança;
- 6.10. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso gere direito a acréscimos de qualquer natureza, isto quando provocado pela empresa.
- 6.11. Os preços poderão ser reajustados após 12 (doze) meses da execução do contrato pelo índice de inflação, através Índice Geral de Preços do Mercado IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

CLÁUSULA SETIMA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DA FISCALIZAÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1. Os serviços deverão ser executados, desde que obedecidas todas as normas e prazos contidos no instrumento convocatório, estando a Contratante obrigada a prestar todas e quaisquer informações, se necessário, quanto ao bom cumprimento da obrigação pela Contratada.
- 7.2. Os serviços deverão abranger toda e qualquer necessidade que assim o departamento demandar.
- 7.3. A fiscalização do Contrato será exercida por servidor designado pela Contratante.
- 7.4. O recebimento se dará após a verificação das formalidades legais exigidas no presente objeto contratual, assim por servidor designado pela Administração, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias.
- 7.5. Considerando a rejeição do objeto, a Administração deverá expor suas razões sendo a Contratada fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- 7.6. A execução dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, após a assinatura do contrato.



7.7. Não será permitida em hipótese subcontratação para os serviços objeto deste certame.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1. Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções dos artigos 86 e 88 da Lei nº 8.666/93 e suas demais alterações;

8.2. A licitante contratada pela Prefeitura Municipal de Salitre para execução do objeto, no caso de inadimplemento, ficará sujeita às seguintes sanções:

8.2.1. Advertência;

I - advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
- b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do objeto da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

8.2.2. Multas necessárias, conforme segue:

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas, por meio de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

- a) de 1% (um por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por dia de atraso e/ou interrupção na inexecução do objeto, limitada a 10% do mesmo valor;
- b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Salitre, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base nos incisos anteriores.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1. O Contrato poderá ser rescindido pelos motivos especificados nos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666/93 e nas formas previstas nos artigos 79 e 80 da mesma lei e suas alterações posteriores.

9.2. A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas no instrumento convocatório, pela Contratada, assegurará à Contratante o direito de dá-lo por rescindido mediante notificação entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

9.3. Os procedimentos de rescisão contratual, tanto amigáveis, como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurado contraditório e



a ampla defesa, mediante prévia e comprovada intima o da interessada para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados de seu recebimento e, na hipótese de desistir da defesa, interpor recurso hierárquico no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intima o comprovada da decisão rescisória.

9.4.   dever da Contratada reconhecer os direitos da Administra o em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei de Licita es

CLÁUSULA DECIMA - DAS OBRIGA ES DA CONTRATANTE

10.1. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a presta o dos serviços objeto desta contrata o, n  obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela sua execu o, reservando-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscaliza o, diretamente ou por prepostos designados;

10.2. Comunicar   Contratada toda e qualquer irregularidade referente   execu o do Contrato;

10.3. Efetuar o pagamento   Contratada mediante apresenta o da(s) respectiva(s) fatura(s), após comprova o da regularidade fiscal e da produtividade pelo setor competente da Contratante, através de crédito em conta bancária observando-se a legisla o atual.

10.4. Prestar as informa es e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

10.5. Comunicar oficialmente   Contratada quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS OBRIGA ES DA CONTRATADA

11.1. Prestar os serviços objeto deste Termo de Referência, responsabilizando-se integralmente pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbito federal, estadual ou municipal;

11.2. Zelar pela perfeita execu o dos serviços contratados, devendo as falhas, que porventura venham a ocorrer, serem sanadas no prazo máximo de 10 (dez) dias;

11.3. Responsabilizar-se por todos os tributos, contribui es fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os serviços prestados;

11.4. Responder administrativa, civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados   Contratante e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, quanto   presta o dos serviços objeto desta contrata o;

11.5. Comunicar a Contratante, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

11.6. A Contratada não divulgará nem fornecer  dados ou informa es obtidos em razão deste contrato, e não utilizar  o nome do município para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autoriza o prévia, emitida oficialmente pela Contratante;

11.7. A Fiscaliza o da Contratante durante a execu o dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribui es, não implicará solidariedade ou co-responsabilidade com a Contratada, que responderá única e integralmente pela execu o



dos serviços;

11.8. Apresentar, ao final de cada mês, o respectivo relatório de produtividade, o qual será encaminhado para o órgão fiscalizador responsável

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO CONTRATUAL

12.1. Este contrato está vinculado de forma total e plena ao Processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 2021.07.02.02PMS, que lhe deu causa, para cuja execução exigir-se-á a rigorosa obediência ao Edital e seus anexos e a Lei Federal 8.666/93, e suas alterações posteriores e a proposta de preços da Contratada, parte integrante do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Salitre - CE, para conhecimento das questões relacionadas com o presente Contrato que não forem resolvidos pelos meios administrativos.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro - estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, perante 02 (duas) testemunhas maiores, capazes, que também o subscrevem.

Salitre/CE, 09 de julho de 2021.

Mônica de Alencar Ribeiro
Ordenadora de Desp. Fundo Municipal de
Educação
CONTRATANTE

THALES CATUNDA DE CASTRO
SOCIEDADE INDIVIDUAL DE
ADVOCACIA
CNPJ nº 04.060.148/0001-72
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01. Marcel Vinícius da Silva 02. Thaís Maria da Silva
CPF: 082.924.843-96 CPF: 072.479.323-07